

EDITORIAL

Esta edição da revista *Inter-Ação* aborda uma temática essencial para os educadores: a infância e sua educação. Hoje se reconhece a necessidade de se debater a constituição das infâncias, de modo a não apenas descrevê-la, mas historicizá-la. Isso significa desvelar os vários determinantes – social, cultural, ideológica, político-econômica, das relações interindividuais e coletivas, das concepções sobre os processos biopsicossociais do desenvolvimento infantil – que atuam no sentido de promover a educação de crianças desde a mais tenra idade. Aqui cabe destacar a forma contraditória como a educação infantil ganhou espaço nas reformas educacionais que ora se impõem ao Brasil e a todos os outros países nos mais diversos continentes. Reconhecida como direito constitucional desde 1988, a educação infantil foi reafirmada na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e nos pressupostos que sustentam o Plano Nacional de Educação (2001) Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), passou a ser considerada oficialmente como primeira etapa educativa. Persiste, no entanto, um tratamento desigual a este direito da criança, quer em nível regional, quer entre as faixas etárias. Isso se revela na construção dos diferentes espaços institucionais de atendimento, sendo observados o preconceito e a marginalização com que são tratadas as pre-escolas e, sobretudo, as creches brasileiras. Uma articulação necessária para superação dessa secundarização da infância e sua educação, aparece no perfil dos vários artigos selecionados para nosso Dossiê, abrangendo desde a criança e seu desenvolvimento até o campo das políticas sociais e educacionais.

É com a intenção de provocar uma discussão de muitas facetas que o Dossiê “Infância” abre espaço para diferentes estudiosos e pesquisadores brasileiros elegerem e tratarem de questões que considerem fundamentais no campo da infância e de sua educação. A discussão sobre a educação infantil ganha contornos mais amplos ou mais particulares nos vários artigos da revista. Estes mostram a urgência e a exigência de conhecermos as políticas nacionais e internacionais que se voltaram e se

voltam ao atendimento das crianças e sua educação nos diferentes contextos. Ademais, é preciso reconhecer os diversos conceitos que inauguram e sustentam os diferentes projetos educativos para a infância.

No artigo “A educação das crianças pequenas como estratégia para o “alívio” da pobreza”, de Rosânia Campos, pode-se compreender através da análise documental sistemática as indicações dos organismos internacionais – Banco Mundial, Unesco, Unicef, entre outros – às ações a serem desenvolvidas nos países da América Latina, notando se as concepções e a lógica com que se interseccionam as políticas e ações de baixo custo dirigidas à criança e a família de baixa renda. Esse estudo de Campos é reforçado pelas discussões de Lenildes Ribeiro Silva no artigo “Unesco: Os quatro pilares da “educação pós-moderna”, que trata criticamente das reformas no âmbito da educação básica à luz do processo de reestruturação do capitalismo e do fenômeno da globalização, mostrando os riscos de se promover a alienação e o pauperismo, quando somente o discurso é libertador, enquanto as ações se voltam à manutenção e ampliação da exploração e da desigualdade.

É justamente nesse campo que contribuem as reflexões de Wellington Ferreira de Jesus no artigo “O financiamento da educação infantil não é brincadeira de criança: entre ausência no Fundef e a insuficiência do Fundeb?”. Realizando análise dos investimentos em educação infantil no período 1996, o autor responde a algumas questões sobre o financiamento da educação brasileira e a realidade do financiamento da educação infantil com a aprovação do Fundeb. Considera, então, o distanciamento entre o discurso e a realidade, reforçando a denúncia de diversos autores, educadores e movimentos sociais quanto à exclusão da educação infantil da divisão dos recursos educacionais ou da insuficiência dos recursos quando esta divisão ocorre.

A defesa de uma política de Estado, e não unicamente de governos isolados, que defenda a criança como um cidadão de direito plenos, caracterizando a educação infantil como um bem público e não como um mero serviço, encontra-se registrada no artigo “Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da educação infantil em Goiás”, de Ivone Garcia Barbosa. Tendo por referência um conjunto de investigações realizadas no Estado de Goiás, com o apoio do GEPIED/FE/UFG, a autora busca apreender vários elementos históricos constitutivos da configuração das políticas educacionais, que articula diretamente a educação de crianças menores de

seis anos em nível municipal às políticas sociais mais amplas. Apresenta uma análise do paradoxo que se estabelece entre as práticas sociais e os discursos políticos, no qual se observam contradições e antagonismos de diversas ordens. Na promoção de políticas de descentralização, ocorre uma redefinição das funções do Estado e a privatização das relações sociais no interior do sistema público de ensino. Assim, a educação infantil é propalada como forma de efetivação de uma política voltada para o desenvolvimento político-social, mas, ao mesmo tempo, é classificada como “problema”, havendo um movimento crescente de privatização e filantropização do público na educação infantil.

Esse processo de reconhecimento da importância da educação da infância é também marcada por disputas conceituais. Por essa razão, queremos destacar as contribuições dos artigos “A afetividade no desenvolvimento da criança: contribuições de Henri Wallon”, de Ana Rita Silva Almeida; “A criatividade infantil na perspectiva de Lev Vigotski”, de Geiza Nunes de Souza Mozzer e Fabrícia Teixeira Borges; “Letramento na educação infantil: “Quem tem medo do lobo mau...”, de Regina Aparecida Marques de Souza; “Pedagogização da infância: refletindo sobre poder e regulação, de Aliandra Cristina Mesomo Lira. As cinco autoras, que recortam seus artigos nos mais diferentes vieses conceituais, contribuem no sentido de resgatarmos para o debate sobre a infância e sua educação uma concepção de criança em pleno desenvolvimento e que precisa ser respeitada como tal. Ademais, apontam para o debate sobre a formação dos professores de educação infantil. Ao tratar do conceito de afetividade no desenvolvimento da criança, segundo os pressupostos de Wallon, Ana Almeida explicita sistematicamente a necessidade de novos estudos sobre essa temática e enfatiza a importância do estudo da afetividade e suas relações com a atividade intelectual para a formação do professor. Esta aposta em uma revisão conceitual também pode ser observada nos escritos de Geiza Mozzer e Fabrícia Borges, que abordam o processo de desenvolvimento da criança pelo recorte da criatividade. Apontam para a necessidade de estudar a criatividade infantil, numa perspectiva histórico-cultural, superando a polarização entre as concepções inatista e ambientalista da psicologia. Desse modo, conceituam a criatividade com base na concepção vigotskiana e destacam a brincadeira como atividade privilegiada em que podem se manifestar múltiplas formas de expressão relacionadas com o caráter único e singular da criança, vista como sujeito da ação criativa.

Estabelecendo, com apoio da leitura que faz da obra de Vigotski, uma diferenciação entre alfabetização e letramento, Regina Souza retoma a defesa de uma educação infantil em que se considere a criança como valor sócio-histórico, que tem direitos, entre os quais está o de ler e se expressar no mundo nas mais diversas formas de expressão e linguagens. A autora traça, nessa direção, uma abordagem didático-pedagógica na educação infantil, de modo a resgatar a dialeticidade do processo. Tal compreensão do processo é, ainda que apoiada em outro referencial teórico, manifesta por Aliandra Lira, cujo foco central está na práticas educativas com crianças na educação infantil pública, em que a autora reconhece investidas de pedagogização marcadas por prescrições disciplinares e regulatórias, que se materializam por meio de técnicas que tomam o corpo infantil como objeto.

O conjunto desse artigos se somam ao restante daqueles publicados nas outras seções da revista, que nos convidam aos diversos olhares sobre o processo educacional. Como se pode ver, este número da *Inter-ação* é muito especial. Convido a todos a partilhar dessa leitura e a somar com aqueles que querem uma educação infantil de qualidade e democrática.

Dra. Ivone Garcia Barbosa
Coordenadora do Dossiê